

A GÊNESE DO GRUPO ESCOLAR GOVERNADOR CLÓVIS SALGADO NO INTERIOR DAS MINAS GERAES- 1957-1961: CONTRADIÇÕES ENTRE ECONOMIA DO MUNICÍPIO E ANALFABETISMO

Luciene Teresinha de Souza Bezerra
Ana Emília Cordeiro Souto

Depois da Segunda grande Guerra Mundial, 1930 a 1945, teve início à chamada República Populista que se estendeu desde a deposição do governo Vargas (1945) ao golpe militar (1964). Nesse contexto histórico emerge o Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado no município de Ituiutaba. O objetivo dessa pesquisa foi compreender a relação entre poder local e nacional, imbricadas à Educação Pública. Para tanto, utilizou-se como procedimento metodológico, atas da Câmara Municipal de Vereadores, jornais local (memória da imprensa): *Folha de Ituiutaba*, *Gazeta de Ituiutaba*, *Correio do Pontal*, *Correio do Triângulo*, *Cidade de Ituiutaba* e *Município de Ituiutaba*; referentes ao período proposto, submetidos a uma análise histórica crítico-interpretativa, cujos resultados apontam para uma história de luta local por parte de professores para erguer o prédio do segundo grupo escolar do município.

PALAVRAS-CHAVE: Política e Poder Público; Grupo Escolar, Educação Pública.

I. ENVEREDANDO NA GÊNESE DO GRUPO ESCOLAR GOVERNADOR CLÓVIS SALGADO (1957-1961)

Esta pesquisa teve por motivação, compreender a função dos grupos escolares na segunda metade do século XX, analisando a gênese do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, no município de Ituiutaba-MG. Outra motivação foi permitir ao pesquisador na medida em que o mesmo compreende a gênese de uma escola pública, analisar em profundidade as contradições sociais e políticas que envolveram a origem de uma instituição escolar.

O Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, é a quarta escola pública do município de Ituiutaba, conforme tabela abaixo:

QUADRO 1

Ano de criação das escolas públicas na cidade de Ituiutaba (1910–60)

ESCOLAS ESTADUAIS	ANO	ESCOLAS MUNICIPAIS	ANO
E.E. João Pinheiro	1910	E. M. Machado de Assis	1941
E. E. Prof. Ildelfonso Mascarenhas da Silva	1947	E. M. Francisco Antônio de Lorena	1951
E. E. Sen. Camilo Chaves	1955	E. M. Manoel Alves Vilela	1966
E. E. Clóvis Salgado	1956	_____	—
E. E. Rotary	1956	_____	—
E. E. Arthur Junqueira de Almeida	1958	_____	—
E. E. Gov. Bias Fortes	1959	_____	—
E. E. Cel. João Martins	1960	_____	—

Fonte: SOUZA, 2010.

Como se vê o grupo escolar é uma das mais antigas instituições de ensino do município de Ituiutaba; para investigá-la sugeriu então, abordar sua relação com a cidade e as diferentes classes sociais que a compunham no período 1957- 1961, recorte temporal este, que se refere à criação e implantação do grupo escolar até a data da promulgação da primeira LDB nº 4.024/61 no Brasil.

Essa pesquisa procurou inquirir em sua essência a discussão sobre instituições escolares, para além de sua materialidade revelada em edifícios, e para além de sua estruturação organizativa (de caráter espacial, administrativa e pedagógica). Para isso foi necessário uma perspectiva histórico- dialética que possibilitou a compreensão do local em sintonia com o nacional. Desse modo, apresentamos as questões norteadoras de estudo: como ocorreu o processo de criação e implantação da quarta escola pública estatal intitulada Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado? A quem ela serviu? Quem eram seus professores, alunos e diretores? O eixo de investigação são as contradições entre um desenvolvimento econômico ascendente e sua desarticulação com a situação educacional do município, então precária.

II. PRIMÓRDIOS DA ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA

A economia de Ituiutaba foge ao escopo desta pesquisa. Mas, para contextualizar seu objeto de investigação, vemos como importante descrever brevemente alguns acontecimentos de sua história econômica. Até 1953, o município abrangia uma superfície de 6.080 quilômetros quadrados e incluía como distritos os atuais municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã e Ipiacu. Dos 55 mil habitantes, 40 mil viviam na zona rural. Em 19 de dezembro de 1953, em razão do movimento dos habitantes em prol da emancipação de Capinópolis, foi promulgada a lei 1.039, que elevou esse distrito à categoria de cidade e lhe atribuiu Cachoeira Dourada como distrito. A partir de 1954, com o desmembramento de uma faixa de terra tida como de alta fertilidade, o município de Ituiutaba ficou reduzido a uma área de 5.175 quilômetros quadrados.

De 1935 a 1945, houve uma efervescência na mineração no rio Tejuco, que banha a cidade; e o garimpo de diamantes se evidenciou nas páginas da imprensa local, que apontou tanto a presença de garimpeiros oriundos de várias partes do país quanto sua ausência, à medida que o filão dava sinais de esgotamento. Em 1938, foi instalada na cidade uma máquina de beneficiar arroz, primeiro empreendimento do que resultaria nas Indústrias Reunidas Fazendeira, cuja atividade econômica incluiria a abertura de uma fábrica de manteiga e óleo de algodão. Esses empreendimentos reafirmaram a “vocação” do município à atividade agropecuária e incentivou o desenvolvimento de lavouras de arroz — já existentes, mas em pequena escala — e de algodão — que passou a disputar espaço com milho e feijão. O incentivo à produção de arroz demarcou outro ciclo econômico, tido como mais importante, pois deu à cidade o título de “capital do arroz”, no decênio de 1950. No início dessa década, o município era o maior produtor de Minas Gerais e se destacava na produção de milho; no fim, as máquinas de beneficiar arroz somavam quase cem. Como sede do município, Ituiutaba recebia quase toda a produção da região, mesmo com entraves ao escoamento, tais como transporte precário, falta de ferrovias, estradas intrafegáveis à época de

chuvas e frete oneroso. Esse ciclo econômico estimulou o comércio: a cidade era o centro de abastecimento do estado — negociava até com o município de Uberlândia.

Para trabalhar nas lavouras de arroz e milho, os fazendeiros tiveram de buscar mão de obra fora do município, sobretudo em regiões mais pobres de Minas e do Nordeste.

Assim, até o fim da década de 1960, Ituiutaba e região receberam migrantes de lugares distintos, mas predominantemente do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Vindas precariamente em paus de arara, essas pessoas eram analfabetas e desprovidas de condições mínimas de subsistência; logo, restava-lhes o trabalho braçal árduo na terra, para fazê-la produzir em grande escala.

Todavia, a projeção do município já ocorria antes mesmo do *boom* do arroz, pelo menos em Minas Gerais. No início do século passado, Ituiutaba — então Villa Platina — já tinha certa ascendência no governo estadual, a ponto de demandar e concretizar, em 1910, a implementação de um grupo escolar — referência de urbanização/modernização das cidades brasileiras e um espaço de formação elitista, isto é, um indício da modernização escolar (SOUZA, 1998).

A história da educação em Ituiutaba mostra que, antes desse grupo escolar, havia outras iniciativas educacionais, a exemplo das cadeiras de instrução primária pública, nas quais os tijucanos passaram a ser alfabetizados a partir de 1883 e que se tornaram a primeira escola pública da região.

Em 1900, o professor João d’Fonseca e Silva tinha uma escola pública só para meninos, na avenida 19 com avenida 18. No dizer de Paiva (2001),

Não tinha uniforme. Só havia bancos encostados na parede. No centro, uma mesa grande, onde os alunos faziam os deveres. Em um canto mais elevado, a mesa do professor, onde o aluno dava a lição. Em cima da mesa, numa extremidade, a palmatória de aroeira, de meio metro e cinco furos; no outro extremo, pote com água e o copo para tirar água. A casa era de adobe, coberta de telhas comuns, piso de chão. A privada era de buraco. A “licença” era representada por dois toquinhos quadrados de madeira, que ficavam na mesa do professor. Se não havia toquinho, significava “ocupado”. A organização das classes se dava pelos bancos: de 1ª a 4ª classes. No fim da aula, cantava-se o hino: “Juvenis representantes da futura geração seja o Norte o nosso farol, liberdade e instrução”. Na quinta-feira, sucedia o argumento, que consistia em cada classe ficar em fila, andando de um lado para outro e o professor, de palmatória na mão, fazendo perguntas sobre a tabuada. Se errasse, dizia: “adiante”. Quem acertava, recebia a palmatória e aplicava o bolo no colega que errou. No último dia da semana, era o exame de asseio dos alunos.

Essa prática educacional descrita por Paiva — tempo escolar, separação de classes, livros usados, palmatória e método mútuo — dá pistas de como eram os primórdios da escolarização pública no município de Ituiutaba. Paiva registra ainda a existência dos colégios privados Santa Cruz e São Luiz, ambos criados em 1904.

QUADRO 2

Escolas urbanas de Ituiutaba (1900–40)

PERÍODO	ESCOLAS PÚBLICAS	ESCOLAS PARTICULARES
1901–10	Grupo Escolar João	Escola do professor José de Alencar, escola do professor Afonso

	Pinheiro	José, Colégio Santa Cruz, Externato/Colégio São Luiz e Colégio Santo Antônio
1910–20	—	Não encontramos dados sobre escolas desse período
1920–30	—	Colégio das Irmãs Belgas, Instituto Propedêutico Ituiutaba e Escola São José (popularmente conhecida como escola do Laurindo)
1930–40	—	Instituto Marden e colégios Menino Jesus de Praga, Santa Tereza e São José

Fonte: MORAES, 2004, p. 55. 5

Os grupos escolares surgiram em Minas Gerais no governo de João Pinheiro, com a reforma educacional homônima formalizada pela lei 434, de 28 de setembro de 1906. À época, o ensino laico se sobrepôs ao confessional, e a fé deu lugar à racionalidade nos bancos escolares, pois a instrução religiosa nas escolas públicas foi abolida e os subsídios estaduais aos seminários foram cortados. Em Ituiutaba, o primeiro grupo escolar foi criado pelo decreto 2.327 (assinado em 22 de dezembro de 1908), com o nome de Grupo Escolar de Villa Platina; mas sua instalação ocorreu em 1910. Como explicitam Ribeiro e Silva (2003, p. 31–2), o funcionamento desse grupo “[...] tornou obrigatório no município o ensino primário no meio urbano e rural, pois com tal medida seria conseguida a frequência necessária demandada pela Lei da Reforma João Pinheiro afeita aos grupos escolares”. Em 1927, o nome da escola mudou para Grupo Escolar João Pinheiro. Conforme Araújo (2006), a singularidade desse grupo escolar ganhou foros estaduais graças à representatividade do então presidente de Minas Gerais João Pinheiro da Silva na política republicana de Minas, cuja história local, em termos republicano-educacionais, começa com o estado ganhando contornos que iam além da dimensão local.

Embora os grupos escolares tenham sido implementados na Primeira República, a historiografia da educação mostra que se difundiram, de fato, a partir da década de 1930 e que, todavia, tal expansão não supriu as necessidades de ensino elementar em Ituiutaba. E mais: os grupos deixaram de representar a modernização da educação pública para se tornarem escolas precárias, isto é, para dar espaço à evolução crescente do ensino particular laico e confessional. O Quadro 2 mostra que, em 37 anos — entre a instalação do primeiro grupo escolar (1910) e a do segundo grupo escolar (1947), denominado Ildefonso Mascarenhas da Silva —, houve falta de escolas públicas na educação do município.

À carência de escola pública, corresponde a presença da escola privada, decisiva na implementação de escolas primárias em Ituiutaba.

Ituiutaba se destacou na primeira metade do século XX, tal destaque não teve sua contrapartida na educação pública, pois os índices de analfabetismo eram expressivos, incoerentes com a expansão escolar nacional.

Em 1950, começa a expansão do sistema público, movimento que — diz Souza (2010) — iria se manter nas décadas seguintes com a criação de outras instituições, a exemplo do Colégio

Agrícola e da Escola Normal. Em 1970, a educação escolar na cidade era marcadamente pública, rompendo com o predomínio de instituições particulares e/ou confessionais, que diminuiram. De fato a expansão da educação escolar era noticiada na imprensa escrita do município. Contudo, a taxa de analfabetismo do município atingia 57% da população acima de 10 anos de idade (54% dos homens, 60% das mulheres). À parte a morosidade na expansão da escola pública, havia problemas de espaço físico; por exemplo: por 17 anos, o Grupo Escolar João Pinheiro — instalado em 1910 — teve de abrigar o grupo Ildefonso Mascarenhas da Silva — instalado em 1947 — e a escola noturna municipal Machado de Assis.

Essa relação entre economia e educação é importante porque a população quase triplicou em razão da prosperidade que o crescimento econômico suscitava, sem que o município tivesse um aparato de ensino público capaz de acompanhar tal aumento populacional. Com efeito, o intervalo 1910–47 abrange uma das fases de modernização do Brasil marcada pela consolidação do mercado interno, com base na industrialização de algumas regiões, e na urbanização do país todo, a exemplo do Triângulo Mineiro. No município de Ituiutaba, a população de 20.772 habitantes em 1920 chegou a 35.052 em 1940 e a 70.706 em 1960.

Esse ritmo de crescimento derivou não só das altas taxas de natalidade, mas também da migração: à época, houve um êxodo do campo rumo à cidade, que prometia condições de vida melhores.

Como mostra a Tabela 1, em três décadas a população predominantemente rural passou a ser predominantemente urbana. Igualmente, o sistema escolar deixou de ser majoritariamente privado para ser marcadamente público.

Tal crescimento resultou da ascensão econômica no município. Se até 1930 a economia se apoiava na atividade agropastoril, em 1935 entrou em cena a atividade mineradora (extração de diamante) e, a partir de 1950, a atividade agrícola (cultivo de grãos), cujo apogeu ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, quando Ituiutaba foi chamada de celeiro do Triângulo e “capital do arroz”, até o fim do decênio de 1960.

TABELA 1
População rural e urbana do município de Ituiutaba

ANO	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	TOTAIS
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656 8

Fonte: SOUZA, 2010.

Nesse contexto de projeção econômica e crescimento populacional, duas preocupações guiaram a criação dos grupos escolares em Ituiutaba: uma, a consolidação do regime republicano; outra, a necessidade de se mudar a face da educação em Minas — por exemplo, a precariedade do espaço físico escolar e o índice elevado de analfabetismo 85%, legado do Império e na Primeira República com 65% de analfabetismo numa população superior ao império. A essas duas preocupações centrais, alinharam-se outras: formar força de trabalho e controlar o eleitorado; ao contrário do que houve no período imperial, com base na Constituição republicana (1894), só os alfabetizados podiam votar. Nessa ótica, um dos possíveis entraves à consolidação da escolarização pública no município foram as demandas que os vários setores da sociedade queriam impor ao sistema educacional, atribuindo-lhe muitas vezes poderes que ultrapassavam seus limites de ação, o que dificultou e até impediu sua concretização de fato.

Eis, então, o problema que motiva a pesquisa aqui proposta quais foram: o limite real de atuação da escola pública primária no início da República, as intenções e imbricações de outras instituições e outros setores sociais relativas à educação e suas influências na ação escolar entre 1940 e 1950. Prevê-se, portanto, uma investigação tematicamente plural e diversa, mas nucleada em um campo de questões relativas à institucionalização da escola pública no interior do país, representado por esse município mineiro, onde a modernização educacional se traduziu, à época, em ensino privado — confessional ou laico.

Como a instrumentalização do Estado pela racionalização da expansão do ensino público privilegiou a cidade, cuja feição mudava graças ao aumento populacional, massificar o ensino era necessidade incontestável, sobretudo a partir de 1940, quando o desenvolvimento no interior do país podia concretizar um projeto de unidade e homogeneidade que pressupunha políticas públicas para educação. Nesse sentido, a discussão desses acontecimentos históricos (socioeconômicos e educacionais) buscou reconstruir especificidades e artifícios políticos que ajudaram a compreender uma faceta das mudanças educacionais — a expansão da escola pública a partir do decênio de 1940, permeada por momentos-chave do contexto sociopolítico da escola pública brasileira — e a ausência de reverberações das questões educacionais na sociedade e em instâncias políticas como os poderes Legislativo e Executivo.

III. ADENTRANDO NO GRUPO ESCOLAR CLÓVIS SALGADO

Essa nova escola cogitada na Câmara seria o grupo escolar Clovis Salgado, cujo projeto de criação já tinha sido apresentado pelo então deputado estadual Omar Diniz e por outros políticos que viam a necessidade de o município ter mais uma escola pública. Mas sua fundação ficou a cargo mesmo de uma pessoa nomeada pela Secretaria de Educação: Maria Moraes, que já conhecia

os procedimentos, segundo relata a ex-professora dona Jerônima (Macedo, 2011): “[...] quando queriam fundar uma escola, chamavam a dona Maria Moraes, que tinha bastante experiência”.

Como no caso do grupo Mascarenhas, a fundação de uma escola não pressupunha a pré-existência de prédio próprio — este ficava para depois; igualmente, a tarefa de encontrar um espaço coube ao corpo docente da futura escola, que, mesmo sem a promessa do estado de fazer a doação, partiram em busca de um prédio (Diniz, 2011). Após irem a vários lugares, as professoras incumbidas da tarefa foram até o padre João Avi, pároco da igreja responsável pelo prédio dos padres, a fim de pedir que alugasse o prédio para iniciar as atividades escolares. Embora não fosse nova, a construção pleiteada tinha salas de aula. Ele, então, disse que alugaria e que podiam começar a procurar os alunos. Assim, em 1956, lideradas pela educadora Maria Moraes, 16 professoras foram atrás de alunos nos bairros. Matricularam 576 crianças: número suficiente para constituir o primeiro corpo discente da escola Clovis Salgado, nome que homenageava o governador do estado.

Todavia, o livro comemorativo das bodas de ouro dessa escola informa que o pároco não mais alugaria o prédio porque o estado não custearia o aluguel. Carente de um espaço apropriado para reinstalar a escola, as professoras — numa atitude política e de protesto contra a situação da escola — ministraram aulas sob magnólias de uma praça, a Cônego Ângelo, na frente da Igreja Matriz de São José. As sombras acolhedoras serviram de espaço de aula para a instalação da escola Clovis Salgado. A intenção das docentes foi sensibilizar a sociedade civil e o poder político da cidade quanto ao problema da falta de espaço próprio para a escola. O relato de dona Mirza (2011) dá o tom dessa atitude:

Tivemos que ter muita coragem, pois levar as crianças para debaixo de uma árvore era muita responsabilidade, mas foi à única forma que encontramos para não deixar nosso sonho morrer e, graças a Deus, tivemos o apoio dos pais. Dávamos duas horas de aula por dia, não tinha como ser mais que isso, as crianças tiveram que ser divididas em dois grupos, enquanto um ficava embaixo das magnólias, outro ia para a igreja que naquela época ficava aberta. Eu e dona Maria Moraes éramos muito católicas e tínhamos uma boa relação com a igreja, nessa hora tivemos também a compreensão dos pais que nos ajudaram bastante. Todos os dias íamos para debaixo das magnólias, até que, com a graça de Deus, tivemos a ajuda do senhor Oscar Mandim, que tinha uma colchoaria na [rua] 20 [...] e, muito gentilmente, ofereceu-nos esse espaço para que se instalasse a escola. O senhor Garibaldi, que era médico na época e já tinha sido vice-prefeito, também ofereceu-nos uma ajuda em dinheiro para a reforma da colchoaria. Esse cômodo foi dividido com tábuas improvisadas em oito salas de aula, com bancos de caixotes. A sala da diretoria era ao relento.

Pressionadas, as autoridades locais começaram a estudar a viabilidade de construir mais um grupo escolar, com ou sem o apoio governamental, pois as professoras mantiveram a luta pelo referido grupo. O resultado da luta e da pressão foi noticiado pelo jornal *Folha de Ituiutaba* na edição de 19 de março de 1958: o pedido de construção foi aceito, por unanimidade, pelas autoridades locais em reunião na Câmara Municipal. Em 21 de junho, um representante do Ministério da Educação foi a Ituiutaba discutir os problemas da educação do município, conforme

noticiou aquele jornal: Afonso de Castro, engenheiro do ministério, frisou o propósito do governo federal de construir, ainda em 58, o prédio do Grupo Escolar Governador Clovis Salgado.

Documentos do acervo da escola informam que esta já estava no papel e prestes a ser concretizada; mas correntes políticas contrárias impediram a instalação de fato e deixava os envolvidos diretamente com a escola com a sensação de sempre estar — diria dona Mirza (Diniz, 2001) — “[...] nas mãos desses políticos [...]”, à mercê do jogo de interesses partidários em detrimento dos interesses da comunidade. De um lado, estava o prefeito, resistente a doar o prédio para a escola — resistência essa traduzida no relato de dona Mirza (Diniz, 2011): “Um dia fomos até o gabinete do prefeito pedir a doação de um terreno, e ele, *batendo a mão na mesa*, afirmou que, se dependesse dele, essa escola não teria prédio para se instalar” (grifo nosso). De outro lado, estava o deputado Omar Diniz, membro da oposição e proponente do projeto da escola à Assembleia Legislativa. Ainda segundo dona Mirza (Diniz, 2011), “[...] o prefeito não queria a instalação da escola puramente por questões políticas; afinal de contas, o partido do deputado Omar Diniz, que tanto nos ajudou, era progressista, e o senhor prefeito não queria esse partido interferindo nas decisões da cidade”.

“Mesmo sendo alvo dessa rixa” — diz dona Mirza (Diniz, 2011) —, as professoras não desistiram da tentativa de sensibilizar o poder público e a sociedade; para isso, “[...] continuamos com nossas aulas na colchoaria”. A questão se resolveu de vez com o apoio de uma autoridade mais graduada: o então ministro da Educação Clovis Salgado, futuro governador interino: “Permanecemos neste local até a vinda do ministro da Educação, o doutor Clovis Salgado, que tinha vindo prestigiar a cidade pelo seu 56º aniversário. Foi então que o convidamos para ver, de perto, nossas instalações. Vendo nossa situação, solicitou ao prefeito a doação de um terreno para a construção da escola”. Dona Mirza (Diniz, 2011) afirma que nunca desistiu de lutar, mas que foi uma “luta ferrenha” — “[...] todo terreno de que gostávamos já estava reservado para alguma obra; só depois de muita procura é que encontramos um terreno nas proximidades do cemitério”, onde hoje está a escola.

A ação da diretora — dona Mirza — e das professoras para sensibilizar o deputado Omar Diniz, o prefeito da cidade e o ministro Clovis Salgado foi uma ação política de muita relevância para a educação pública em Ituiutaba. Afinal, viram que poderiam transformar a realidade se desvelassem criticamente as contradições desta e afirmassem o papel delas na sociedade, qual seja: o do professor como agente, como sujeito *político* inserido na arena de lutas *políticas* e que tem de recorrer a estratégias *políticas* para mudar um estado de coisas. Entendemos que a atitude delas tenha resultado da convicção do papel da educação — formar cidadãos cientes de sua função social — e da docência como instância para promover mudanças. E caso se possa tomar o processo formativo e a formação inicial do professor como etapa em que essa convicção se revela e se

consolida, tal atitude se torna ainda mais relevante porque não havia uma preocupação com tal formação.

Vencida a batalha da construção, a luta seguinte foi obter mobiliário, materiais didáticos, merenda escolar e outros recursos que permitissem à escola funcionar plenamente. Quer dizer, mesmo que a “luta ferrenha” tenha resultado na construção da escola, isso não significou que o investimento do município tenha ido além da expansão física; segundo dona Jerônima (Macedo, 2011), as professoras aprendiam na prática, dada a falta de preparação mediante cursos de capacitação para lecionar nas novas escolas. A qualidade da educação ficava à margem dos planos do governo local. A luta se fez mediante campanhas:

Nossa! Fizemos tanta campanha para comprar materiais para a escola que você nem imagina. Àquela época, não podíamos contar com verba estadual, não. Se queríamos alguma coisa, tínhamos que correr atrás. Fazíamos várias reuniões, que eram feitas, a princípio, na minha casa, para decidir que campanhas íamos fazer. Ainda bem que eu podia contar com as professoras que sempre me apoiaram e não mediam esforços para ajudar. A campanha em que mais fomos felizes foi quando decidimos fazer nossas famosas quermesses. A comunidade em peso participava: vendíamos várias coisas e, graças a Deus, sempre tivemos um lucro positivo. Foi aí que surgiu o caixa escolar, que era destinado para acumular verbas para as emergências prioritárias, como, por exemplo, uniforme, agasalhos e materiais para as crianças carentes. Com isso, sempre procurávamos ter uma reserva no caixa, mesmo que fosse pouca; antes de acabar o dinheiro, já fazíamos outra campanha.

Segundo dona Mirza (DINIZ, 2011), o esforço coletivo, o trabalho em prol da educação em todas as suas facetas, trouxe crescimento, também, no plano não material, isto é, no plano da convivência — pois se procurou “[...] cultivar o diálogo, o encontro com o outro, o respeito mútuo, a compreensão e a solidariedade. A gente procurava as formas mais sadias de viver e de conviver, tínhamos confiança e muita fé em Deus [...]” — e no plano da formação humana — pois “[...] professores e alunos buscavam crescimento intelectual com o intuito de se tornarem homens e mulheres capazes de construir uma sociedade mais humana”.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1947, o Brasil saía de um período de autoritarismo político e, mesmo com o processo de democratização e a Constituinte de 46, os movimentos sociais de sujeitos coletivos eram reprimidos. Nas décadas de 40 e 50, educadoras do município de Ituiutaba lutaram por uma educação pública condigna pelos moldes propugnados no processo de modernização para a esfera da educação. Extemporaneamente, as educadoras se manifestaram com base não no apoio de sindicatos e partidos ou sustentadas por uma formação acadêmica e intelectual que desse consciência política; manifestaram-se com base na convicção de que a escola tem papel central numa cidade em processo de urbanização e modernização e de que a atividade docente em sentido amplo é essencial para reiterar a centralidade da educação escolar. Ao defenderem crenças e

práticas como táticas para anular as estratégias da política institucionalizada, trouxeram a dimensão política para o cotidiano.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, José. Carlos. Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006. □

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Enciclopédia dos municípios brasileiros. Brasília: IBGE, 1959. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/ituiutaba.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2007.

MORAES, Vera C. O. Tudo pela pátria: a história do Instituto Marden (1933–45). 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PAIVA, Hélio B. Notas em jornais. Ituiutaba, 2001. P.2. □

RIBEIRO, Betânia. Oliveira. Laterza; SILVA, Elizabeth. Farias. Da Escola Pública Republicana no Triângulo Mineiro. Ituiutaba: EGIL, 2003. □

SOUZA, Rosa F. Templos de civilização: a implementação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: ed. Da Unesp, 1998.

SOUZA, S. T. O universo escolar nas páginas da imprensa tijucana (Ituiutaba–MG — anos de 1950 e 1960). Cadernos de História da Educação, Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, v. 2, 2010. □

FONTES ORAIS

1-Jerônima Gomes Macedo- 74 anos- foi professora na escola Governador Clovis Salgado durante 26 anos (1957- 1983). Entrevista concedida em setembro/2011.

2-Maria Mirza Cury Diniz – 80 anos- foi a 2ª diretora do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado, permaneceu no cargo durante 27 anos. Entrevista concedida em agosto/2011.

PERIÓDICOS

REVISTA ACAIACA – **Município de Ituiutaba**. Belo Horizonte: Editora Acaiaca, 1953.